

ARTIGO <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i35.5682>**FORMAÇÃO DOCENTE EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO NORDESTE:
GÊNERO COMO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA NOS CURRÍCULOS¹****TEACHERS TRAINING IN NORTHEAST PUBLIC UNIVERSITIES: GENDER AS
DEMOCRATIC RESISTANCE IN THE CURRICULUMS****FORMACIÓN DOCENTE EN UNIVERSIDADES PÚBLICAS DEL NORDESTE:
GÉNERO COMO RESISTENCIA DEMOCRÁTICA EN LOS CURRÍCULOS***Camila dos Passos Roseno*

Universidade Federal de Juiz de Fora – Brasil

Daniela Auad

Universidade Federal de Juiz de Fora – Brasil

Resumo: A aprovação do Plano Nacional de Educação em 2014 foi um importante palco para as manifestações conservadoras presentes no Congresso Nacional, com a proposta de retirada de qualquer proposição discursiva que envolvesse o trabalho escolar com temas relacionados a gênero e sexualidade. Entretanto, no ano seguinte, em 2015, o Conselho Nacional de Educação (CNE) definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior dos profissionais do magistério estabelecendo que os conteúdos específicos em “direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual” (BRASIL, 2015, p.11) devem ser garantidos nas estruturas curriculares dos cursos de licenciatura do Brasil. Essa medida pode ser considerada um avanço diante de diversos retrocessos que vêm ocorrendo no país. Assim, o presente trabalho tem como objetivo identificar a existência ou não de disciplinas obrigatórias e/ou eletivas sobre os estudos de gênero e sexualidade nos cursos de licenciatura das universidades públicas das cidades de Juazeiro - BA e Petrolina - PE.

Palavras chave: Gênero e Educação. Formação Docente. Resistência.

Abstract: The approval of the National Education Plan in 2014 was an important stage for the conservative demonstrations in the National Congress, with the proposal to withdraw any discursive proposition involving school work with themes related to gender and sexuality. However, the following year, in 2015, the National Education Council (CNE) defined the National Curricular Guidelines for initial training at the higher level of teaching professionals, establishing that the specific contents in "human rights, ethnic-racial diversity, gender, sexual" (BRAZIL, 2015, p.11) must be guaranteed in the curricular structures of Brazilian undergraduate courses. This measure can

¹ Este artigo é resultante de pesquisa intitulada “Relações de gênero nos Cursos de Pedagogia: desafios e obstáculos de um percurso inacabado”, desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Educação Comunicação e Feminismos Flores Raras, com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa, do Programa de Pós-Graduação em Educação e da linha Trabalho, Estado e Movimentos Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

be considered as an advance in the face of several setbacks that have been taking place in the country. The purpose of this study is to identify the existence or not of compulsory and / or elective courses on gender and sexuality studies in the undergraduate courses of public universities in the cities of Juazeiro - BA and Petrolina - PE.

Keywords: Gender and Education. Teacher Training. Resistance.

Resumen: La aprobación del Plan Nacional de Educación en 2014 fue un importante escenario para las manifestaciones conservadoras presentes en el Congreso Nacional, con la propuesta de retirar cualquier proposición discursiva que involucrar el trabajo escolar con temas relacionados con género y sexualidad. En el año siguiente, en 2015, el Consejo Nacional de Educación (CNE) definió las Directrices Curriculares Nacionales para la formación inicial a nivel superior de los profesionales del magisterio estableciendo que los contenidos específicos en "derechos humanos, diversidades étnico-racial, de género (BRASIL, 2015, p.11) deben ser garantizados en las estructuras curriculares de los cursos de licenciatura de Brasil. Esta medida puede ser considerada un avance ante diversos retrocesos que vienen ocurriendo en el país. Así, el presente trabajo tiene como objetivo identificar la existencia o no de disciplinas obligatorias y / o electivas sobre los estudios de género y sexualidad en los cursos de licenciatura de las universidades públicas de las ciudades de Juazeiro - BA y Petrolina - PE.

Palabras clave: Género y Educación. Formación docente. Resistencia.

Introdução

A partir da compreensão de autoras constituintes do que se pode denominar como campo da Educação e Gênero, como Guacira Louro (2014) e Daniela Auad (2004), reconhecemos que a escola "... *fabrica* sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero" (LOURO, 2014, *grifo da autora*, p. 89). Reconhecemos, ainda, que a educação escolar deve ter foco democrático quanto ao que pretende no que se refere, por exemplo, às categorias gênero e raça. Considerar estas categorias, assim como orientação sexual e classe social, assegura que não se corra o risco do que adverte AUAD, ao sublinhar a importância da assertividade quanto ao trabalho escolar que realizamos. A autora pondera que tal trabalho, "sem objetivos definidos e sem reflexão pedagógica, pode influenciar na construção e no reforço de relações de gênero desiguais na realidade escolar e, também, a partir dela" (AUAD, 2004, p. 23). Desse modo, a presente pesquisa assume perceber também a universidade – e não apenas as escolas – como espaço para expressão de demandas políticas em disputa e de construção de alternativas práticas para as relações desiguais, também vivenciadas no ambiente escolar no âmbito da Educação Básica, assim como em outras esferas da sociedade. A escolha destes lócus regionais motiva-se pela importância dessas duas cidades no Sertão do Submédio São Francisco, sendo as principais formadoras de profissionais do Magistério em

nível superior, não se limitando apenas a elas, mas aos diversos municípios circunvizinhos dos estados da Bahia e de Pernambuco.

Os Estudos de Gênero na Academia: trajetórias e resistências

Os Estudos Feministas, e posteriormente os Estudos de Gênero, iniciam suas trajetórias nas universidades francesas, anglo-saxônicas e brasileiras nas décadas de 60 e 70, primeiramente reivindicando “uma história que estabelecesse heroínas, prova de atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação” (SCOTT, 1992, p. 64). Na França, pesquisadoras de diferentes áreas se reuniram em torno da “*L’Histoire des Femmes*”, nos Estados Unidos através do “*Women Studies*” (SOHIET; COSTA, 2008), e no Brasil, a obra de Heleith Saffioti (1969) “A mulher na sociedade de classes” marca o início dos estudos da Condição Feminina no país. A busca pela consolidação desse campo de pesquisa, perpassa enfrentamentos e resistências dentro da academia, pois era visto com descrença e falta de objetividade científica por serem vistos como estudos partidários pelos próprios pares (SCOTT, 1992). Entretanto, os núcleos e grupos de pesquisa têm apresentado a potencialidade, o rigor acadêmico e a urgência das reflexões.

Margareth Rago (1998), pesquisadora e historiadora brasileira, referência feminista e acadêmica no campo dos Estudos de Gênero, nos conta que no início dos anos 90, quando a categoria gênero começou a ser debatida no Brasil, “trazia muito desconforto para todas nós pelo desconhecimento que a cercava. Afinal, estávamos acostumadas, principalmente as historiadoras e as sociólogas, a lidar com conceitos acabados como classe[...]” (1998, p. 89). Entretanto, Rago ao lado de tantas outras acadêmicas feministas, como Adriana Piscitelli e Elisabeth Lobo, foram as criadoras do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, na Universidade Estadual de Campinas, buscando o aprofundamento acadêmico-científico na área. Com a criação do Núcleo, também se deu origem ao Cadernos Pagu² em 1993, periódico acadêmico que tem como objetivo ampliar a visibilidade e estimular a produção de conhecimento desse campo.

A legitimidade do campo de Estudos de Gênero perpassa o artigo da historiadora norte-americana Joan Scott, que já na década de 80 possuía legitimidade entre os pares pelas suas pesquisas na área da História Social (RAGO, 1998). O texto “Gênero: categoria útil de

² O Cadernos Pagu está entre os periódicos acadêmicos melhores qualificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em seu *website* também se encontra publicações e informes de eventos na área dos Estudos de Gênero. Disponível em: <<https://www.pagu.unicamp.br/pt-br/cadernos-pagu>>. Acesso em 03 jun. 2018.

análise histórica” foi publicado no ano de 1986, no *American Historical Review* e traduzido para no Brasil seguidamente na década de 90. Este artigo é um dos principais referenciais teóricos na área, sendo citado em mais de 6.813 outras produções acadêmicas, segundo os dados do Google Acadêmico (2018)³.

Segundo Joan Scott, gênero é utilizado para designar as construções sociais a partir de um corpo sexuado e “o uso do ‘gênero’ coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 76). Nessa perspectiva, o gênero “é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86), imputado aos diferentes sujeitos desde o nascimento.

Desse modo, gênero é uma forma de compreender as relações sociais complexas que se inter cruzam a partir também de outras categorias, como orientação sexual, raça, etnia, geração e classe. Em artigo mais recente⁴, Joan Scott (2012) afirma ter pensado que a discussão sobre o uso da categoria gênero já tinha se resolvido, tanto pela sua aceitação em âmbito acadêmico, como no movimento feminista e nas organizações nacionais e internacionais. Essas últimas utilizam frequentemente a categoria em suas estatísticas e relatórios, porém, uma controvérsia ocorrida na França em 2011, em torno de um material pedagógico para os exames do curso de bacharelado em ciências biológicas, provocou à autora a retomada dessa discussão. Este material foi objeto de tentativas de deslegitimação por tratar das identidades de gênero e orientação sexual como distintas da natureza/biologia, e, conseqüentemente, como construtos sociais e particulares de cada sujeito.

No Brasil, também ocorrem atualmente intensas tentativas de vilanizar o trabalho das questões de gênero na educação através de leis que setores fundamentalistas cristãos desejam ver aprovadas, de modo a interferir no trabalho pedagógico embasado em décadas de pesquisa em educação. Diante disso, continuamente as feministas e estudiosas do campo de Gênero e Educação permanecem resistindo. E vale notar que utilizamos o verbo permanecer uma vez que sempre houve outros campos, grupos e setores que buscavam desqualificar as pesquisas e estudos envolvendo as categorias gênero e abordagens feministas de modo geral. Tais tentativas de desqualificação – e até de criminalização – do trabalho escolar que considere as relações de gênero acusam os nossos estudos e abordagens de serem sem “objetividade

³ Entre as principais autoras que referenciam esse artigo, estão Heleieth Saffioti, Guacira Lopes Louro; Joana Pedro e Rachel Sohiet. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?cites=4120094319141573399&as_sdt=2005&scioldt=0,5&hl=pt-BR>. Acesso em 18 jun. 2018.

⁴ Esse é o artigo mais atual de Joan Scott traduzido para o português “Os usos e abusos do gênero”, publicado em 2012, pela revista Projeto História.

científica” – o que não é verdadeiro – e também por serem o que de fato são, ou seja, estudos “engajados politicamente”. Desse modo, ressaltamos a pertinente crítica da feminista Donna Haraway (1995), ao escrever sobre os saberes localizados e a questão da Ciência para o feminismo em artigo publicado nos Cadernos Pagu.

A pesquisa feminista acadêmica e ativista tentou repetidas vezes responder à questão sobre o que nós queremos dizer com o termo, intrigante e inescapável, “objetividade”. Temos gasto muita tinta tóxica e árvores transformadas em papel para difamar o que eles queriam dizer com o termo e como isso nos machuca. O “eles” imaginado constitui uma espécie de conspiração de invisível de cientistas e filósofos masculinistas, dotados de bolsas de pesquisa e de laboratórios; o “nós” imaginado são os outros corporificados, a quem não se permite não ter um corpo, um ponto de vista finito [...]. (HARAWAY, 1995, p. 07)

Ao lembrar a nossa história repleta de resistências, até mesmo entre nossos pares, não será nesse momento de reações conservadoras feitas através de grupos fundamentalistas que irão nos calar. Por isso, seguimos lutando para que as universidades e escolas possam introduzir, observar e debater as questões de gênero e de sexualidade que permeiam todo o tecido social ali presente. Essas ações, além da necessidade urgente em combater as opressões e desigualdades, são também um dever democrático, como discutiremos na próxima seção.

Gênero, Educação e Democracia

O acesso à escola para meninas e meninos, homens e mulheres, é marcado na história do nosso país de forma diferenciada e discriminatória, como apresenta a pesquisadora Guacira Lopes Louro no artigo “Mulheres na sala de aula” (2004). Segundo a autora, a primeira lei de instrução pública do país promulgada em 1827 e que instituía as “Escolas de Primeiras Letras” ou “pedagogias” nos lugares mais populosos do Império, era o único nível de ensino que as meninas tinham direito de acessar. Vale ressaltar que esse nível de educação estava distante de ser universal, tanto em relação à gênero, como a classe e raça, pois além de se concentrar em grandes províncias as primeiras escolas, a “educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência” (2004, p. 372).

Somado a todas essas desigualdades, existia também um discurso unitário que estabelecia que “as mulheres deveriam ser mais educadas, do que instruídas”, ou seja:

[...]para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do *caráter*, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou *doses menores* de instrução. Na opinião de muitos, não havia porque

mobilizar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. (grifo da autora, 2004, p. 374)

Dessa forma, as escolas ou classes femininas voltavam os seus objetivos em torno de uma educação doméstica, moral e religiosa. Enquanto os meninos e homens tinham acesso aos níveis superiores de educação, sendo mais qualificados profissionalmente e intelectualmente, comparados as meninas e mulheres. Elas aprendiam o bordado e a costura, eles aprendiam geometria.

Após mais de um século, a educação mista e democrática baseada na convicção do acesso ao ensino à todas e todos, direito constitucional presente no artigo 205, ainda não oferece uma educação equânime, sendo organizada de modo a reforçar as distinções hierárquicas presente nas relações de gênero historicamente e culturalmente construídas. Pois, apesar das mulheres atualmente serem majorias no Ensino Superior e possuem mais tempo de educação formal que os homens, o rendimento destas em comparação com eles ainda permanece com a diferença inferior de 25%, além da profissionalização não ter garantido o acesso igualitário às diferentes ocupações (BIROLI, 2018).

Na letra da Lei, a educação no Brasil está fundada em princípios universais de igualdade, pressupondo uma homogeneidade e omitindo dessa forma as desigualdades e as diferenças. E, desse modo, se faz necessário aprimorar os direitos constitucionais e propor outros mecanismos legais, priorizando as reivindicações dos movimentos sociais, como os Movimentos Feministas e LGBT's⁵. Um exemplo disso, é que apenas no ano de 2018, é homologado pelo Ministério da Educação o parecer do Conselho Nacional de Educação⁶ que aprova o uso do nome social de travestis e transexuais na Educação Básica. Sendo o cerceamento desse direito, até então, apenas um dos elementos que contribuía para o abandono escolar dessa população, além da discriminação e todas as formas de violência praticada e perpetuada nesse espaço.

A resolução assegura também que:

[...]as propostas curriculares e projetos pedagógicos, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica brasileiras devem assegurar diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em

⁵ Utilizamos a sigla LGBT's para nos referir à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, pois entendemos que cada grupo representado pela sigla vivencia diferentemente a sua orientação sexual e a sua identidade de gênero. A letra L no início também é resultante das lutas dos movimentos de lésbicas em defesa da sua visibilidade.

⁶ Parecer n. 14/2017, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 12/9/2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20 jun. 2018.

função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares. (BRASIL, 2018, p. 09)

A pesquisadora Daniela Auad trabalha em sua tese de doutorado “Relações de gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de coeducação” (2004) e no seu livro “Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola” (2006), sobre as relações de Gênero e Educação como mais do que termos apenas a escola mista, ou seja, com a convivência entre meninas e meninos, mulheres e homens, mas também assegurando a reflexão e a ação acerca das relações de gênero igualitárias, o que seria a coeducação. Nessa perspectiva, segundo a pesquisadora, apenas colocar juntos, sem reflexões acerca das relações de gênero, meninos e meninas potencializaria o reforço de um modelo escolar que, apesar de se apresentar democrático em uma primeira mirada, poderia asseverar as desigualdades, ao invés de combatê-las. E de forma inédita, Auad, utiliza o termo coeducação não como sinônimo da escola mista, mas para se referir a “um modo – amplo e percebido no interior de uma (ou como uma) política educacional – de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e o masculino” (AUAD, 2004, p. 25). Daniela Auad, se aprofunda em sua tese na defesa que só há educação para democracia, se houver coeducação, e para isso, é necessário que haja políticas públicas educacionais cujo o fim seja a desigualdade de gênero no ambiente escolar. Contribuições como as de Auad são constituintes do campo de estudos de Gênero e Educação, cuja tessitura dialógica entre academia, movimentos sociais e realidade escolar hoje é reconhecidamente positivamente por variados setores e grupos, assim como é perseguida por outros agrupamentos facilmente percebidos com traços marcantes de fascismo. Assim, a última década é marcada por um esforço concentrado entre movimentos sociais, universidades e sistemas de ensino para que fosse construída uma série de ações que visavam a existência de políticas públicas educacionais cujo o fim seja a desigualdade de gênero no ambiente escolar.

Da Educação Básica para o Ensino Superior: gênero no currículo

A ação efetiva da inclusão de gênero e sexualidade no currículo deu-se na década de 90, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN – lei nº 9.394/96, e com a instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s e dos Temas Transversais. Desse modo, tivemos a indicação para o tratamento em sala de aula das relações de gênero no tema Orientação Sexual.

As pesquisadoras Daniela Auad e Raquel Borges Salvador (2015) apresentam sérias críticas a esse documento. Segundo as mesmas, a elaboração dos PCN's foi feita por “professores e professoras de uma escola privada de São Paulo e por César Coll, um consultor espanhol” (p. 47). Este fato contradiz a afirmação presente na introdução aos PCN's, a qual diz que a elaboração dos mesmos foi feita de forma democrática, com a participação de professoras e professores, especialistas, instituições governamentais e não-governamentais. Outro ponto destacado por essas autoras, é o fato de os PCN's serem “uma medida educacional voltada para a implantação do modelo mercadológico que o Banco Mundial propôs a educação brasileira” (AUAD; SALVADOR, 2015, p. 47).

A partir dos anos 2000 a inserção e o financiamento das políticas públicas educacionais em gênero e diversidade sexual recebem destaque, principalmente através do primeiro mandato do governo Lula em 2003, com a criação das Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Em 2004 também se constrói a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão⁷ (SECADI) no âmbito do Ministério da Educação (MEC).

Além da elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, antecedidos pelas Conferências Regionais e Nacionais, com ampla participação de mulheres de todo o Brasil e dos movimentos feministas, a SPM foi responsável em 2006 pelo Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE). Em 2007, a SECADI publica o caderno “Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos”, todos voltados para formação continuada de docentes, foco principal das políticas educativas sobre gênero e diversidade sexual nos dois governos do presidente Lula (VIANNA; UNBEHAUM, 2016).

Podemos afirmar que a consolidação das Secretarias (SPM, SEPPIR e SECAD), da realização dos processos democráticos na elaboração das políticas públicas nos anos 2000, das ações desenvolvidas aqui já citadas, todo esse conjunto, apontava para a proposta de coeducação, defendida pela pesquisadora Daniela Auad, em sua tese de doutorado defendida em 2004, e em artigos da autora publicados ao longo do final dos anos 90 e começo dos anos 2000. As ações governamentais e a obra da autora citada são exemplares da constituição do campo de Gênero e Educação, uma vez que apresentavam avanços na educação formal do Brasil ao propor planos, ações, metas e materiais que buscavam uma educação não sexista e não-lesbofóbica. Apesar disso, foram os obstáculos historicamente já bem conhecidos, criados pelas instituições religiosas, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e pela

⁷ Em 2011 inclui-se o I no final da sigla, referente a Inclusão.

Bancada Fundamentalista Cristã no Congresso Nacional, que promoveram um intenso “caça às bruxas” a iniciativas como essas, o que se concretizou nas disputas quando da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (ROSENO, 2017).

A autora Denise Carreira, avaliando as duas edições do Informe Brasil⁸, em 2011 e 2013, destaca que a décima terceira recomendação deste documento era a importância de influenciar a elaboração dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação, alertando para o “crescimento da força política de grupos de conservadores refratários às agendas de gênero, raça, sexualidade e direitos humanos nas políticas educacionais” (2016, p. 43).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu uma nota pública em setembro de 2015, direcionada “Às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, às Câmaras de Vereadores, aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação e à Sociedade Brasileira” (MINISTÉRIO, 2015), na qual manifesta a sua preocupação, pois:

[...] os planos de educação que vem sendo elaborados por entes federativos brasileiros e que têm omitido, deliberadamente, fundamentos, metodologias e procedimentos em relação ao trato das questões relativas à *diversidade cultural e de gênero*, já devidamente consagrados no *corpus* normativo do País para a construção da cidadania de segmentos específicos da população brasileira e sobre o qual não pode permanecer qualquer dúvida quando à propriedade de seu tratamento no campo da educação. (MINISTÉRIO, *grifo do autor*, 2015, p. 02)

O CNE encerra a nota afirmando que os planos aprovados, que não estão tratando destas questões, são tidos como “incompletos e, por isso, devem ser objeto de revisão” (2015, p.02). Nesse contexto desafiador, marcado pelo golpe parlamentar que a Presidenta Dilma Roussef vinha enfrentando, o Conselho Nacional de Educação, antes de sua decomposição pela metade em 2016 (CARREIRA, 2016), consegue estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e continuada - resolução nº 2, de 1 de julho de 2015. Essas diretrizes voltadas para os cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica e cursos de segunda licenciatura, apresentam avanços diante do quadro de proposital invisibilidade de gênero imposto nos Planos Municipais, Estaduais e do Plano Nacional de Educação.

O documento determina que as questões relativas a gênero devem estar contempladas em três formas: através do projeto de curso; qualificando professoras para terem aptidão em resolver conflitos discriminatórios, e nesse caso, os decorrentes das diferenças entre os

⁸ Documento elaborado pela Ação Educativa com colaboração das organizações Ecos – Comunicação e Sexualidade, do Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV) do Instituto Sedes Sapientiae/SP e da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação da Plataforma DHESCA Brasil para a campanha por uma Educação Não Sexista e Antidiscriminatória.

gêneros, sexualidade, religião, etc.; além de garantir no currículo conteúdos na área (BRASIL, 2015).

A pesquisadora Sandra Unbehaum, em sua tese de doutorado “As questões de gênero na formação inicial de docentes: tensões no campo da educação” (2014), identificou que nos cursos de licenciatura em pedagogia das universidades públicas, há a existência de disciplinas eletivas ou optativas sobre gênero e sexualidade, mas ressalta que isso se deve sobretudo pela existência de grupos de pesquisa nessas áreas. Podemos citar como exemplo, a disciplina eletiva “Feminismos, Gênero e Intersecções: bons motivos para romper a ordem compulsória ou comprar uma boa briga” do curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora e ministrada pela professora Dra. Daniela Auad, líder juntamente com a Professora Dra. Cláudia Lahni, do Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos Flores Raras, presente no levantamento da autora Sandra Unbehaum (2014) entre os núcleos de pesquisa em Educação e Gênero cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Deste modo, apresentamos, na próxima seção, os resultados da nossa investigação sobre a existência de disciplinas obrigatórias ou eletivas nos cursos de licenciatura das universidades públicas da cidade de Juazeiro - BA e Petrolina – PE. Ainda que haja o debate desses temas de forma transversal, acreditamos que urge a necessidade de manter disciplinas voltadas especificamente para as problemáticas que emergem desses campos de conhecimento e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura no ensino superior.

Percursos metodológicos e resultados de pesquisa

Este trabalho encontra-se no âmbito das pesquisas qualitativas em educação, área metodológica que emerge no país a partir da década de 80 (ANDRE, GATTI, 2008). Diferente das pesquisas quantitativas, essa modalidade de pesquisa busca compreender a complexidade dos objetos, que por muitas vezes nas pesquisas quantitativas podem gerar distorções devido a precariedade das fontes.

As autoras Marli André e Menga Ludke (2013) apresentam duas vertentes de pesquisa qualitativa em educação: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso, sendo a última o método escolhido por nós. Segundo Marli André, existem dois traços em comum em estudos de caso: “a) o caso tem uma *particularidade* que merece ser investigada; e b) o estudo deve considerar

a *multiplicidade* de aspectos que caracteriza o caso” (*grifo da autora*, 2013, p. 31), requerendo uma diversidade de procedimentos para o aprofundamento do estudo.

Dessa forma, escolhemos como metodologias: 1) a análise documental das legislações e das políticas públicas educacionais nacionais, como já apresentamos nas seções anteriores; 2) analisamos os projetos pedagógicos dos cursos/grades curriculares das licenciaturas e; 3) realizamos entrevistas com professoras e com coordenadoras e coordenadores dos cursos pesquisados.

Escolhemos como *lócus* regional do nosso estudo as principais cidades do Submédio São Francisco: Petrolina-PE e Juazeiro-BA (CODEVASF, 2010). Existem várias motivações para esse recorte geográfico, dar a saber: são as duas cidades com os maiores conglomerados urbanos e rurais ribeirinhos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Petrolina e Juazeiro, cidades vizinhas e que possuem o Rio São Francisco como fronteira, têm um total de 564.992 habitantes. A maior parte da população encontra-se na cidade pernambucana com 343.219 pessoas, e em segundo, o lado baiano com 221.773 pessoas (IBGE, 2018).

Além das pessoas naturais dessas cidades, esse contingente populacional também é motivado pelo fluxo de pessoas que buscam formação universitária na região, onde há a existência de três universidades públicas: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade de Pernambuco (UPE) e a Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF). Segundo o MEC (2018), temos também mais dez universidades privadas em Juazeiro e mais 22 duas em Petrolina. Desse modo, Petrolina e Juazeiro são cidades consideradas polos universitários.

A trajetória de uma das autoras desse artigo perpassa esse fluxo migratório universitário, de sair de uma cidade circunvizinha para cursar o nível superior em Petrolina – PE. Este é um fato recorrente para uma boa parcela da população brasileira que se encontra nos municípios menores da Federação e que conta apenas com o nível de educação básica em suas localidades. Dada essas experiências e pela ausência de dados específicos de estudantes e cidades de origem, podemos afirmar, sem prejuízo de erro, que muitas pessoas migram e transitam em Petrolina e Juazeiro em busca de qualificação profissional através dessas universidades. Dessa maneira, muitas pessoas retornam e/ou se mantêm em suas cidades após a conclusão do curso de graduação, colaborando com a formação profissional da população e municípios adjacentes. Esse movimento de idas e vindas, resultando com maior qualificação, quando do regresso aos municípios ao redor, expressa como a existência de universidades

torna a região algo que irradia crítica, debate e transformação rumo à democratização das relações em variados níveis.

Do lado pernambucano, temos a Universidade de Pernambuco – campus Petrolina, antiga Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (FFPP) criada em 1968 pela prefeitura municipal através da lei nº 31 de 29.10.1968 e incorporada pelo Estado de Pernambuco, através da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco em 1971 (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, 2018). A FFPP realiza o seu primeiro vestibular em 1969, para os cursos de licenciatura em Letras, Ciências e Estudos Sociais, e nas décadas seguintes aumenta o número de licenciaturas, chegando ao total que temos atualmente, são elas: Letras Português/Espanhol, Letras Português/Inglês, História, Geografia, Ciências Biológicas, Matemática, Pedagogia. Além dos cursos de Nutrição, Fisioterapia e Enfermagem, criados nos anos 2000, no processo de interiorização da Universidade (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, 2018). A UPE Petrolina ainda administra a Escola de Aplicação Professora Vande de Souza Ferreira, criada em 1994 com o objetivo de servir como campo de estágio para o corpo discente das licenciaturas.

Em Juazeiro, a UNEB oferece o curso de Pedagogia desde 1985, ano em que foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro (FFCLJ) e depois passa a ser reconhecida como Departamento de Ciências Humanas – Campus III (UNEB, 2018). Em 2004, esse mesmo departamento cria o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo em Múltiplos Meios.

A UNIVASF, universidade mais nova das que as outras duas já apresentadas, está do lado baiano, do lado pernambucano e também no Piauí, na cidade de São Raimundo Nonato. Apesar de ser a instituição mais recente das quais estamos analisando, criada em 2002 é a primeira universidade federal da região. No total são 6 *campi*, três na Bahia, nas cidades de Juazeiro, Senhor do Bonfim e Paulo Afonso, além do campus sede e do campus Ciências Agrárias em Petrolina – PE e o campus Serra da Capivara no Piauí. São 32 cursos de graduação distribuídos em todos os *campi* e mais 13 programas de mestrado em diversas áreas.

Conforme a tabela abaixo, são no total nove cursos, os quais buscamos na estrutura curricular as palavras-chave: gênero; e sexualidade. Realizamos também entrevistas semiestruturadas com todas as coordenadoras e coordenadores desses cursos, exceto com os coordenadores dos cursos de Matemática e de História da UPE, em razão das divergências de disponibilidade de horário. Optamos por não identificar o nome de cada coordenadora ou coordenador e, deste modo, utilizaremos como referência o curso e a instituição. Será

identificada apenas a professora Dra. Paula Galvão, que atualmente é também coordenadora do curso de Ciências Sociais (UNIVASF) e professora da disciplina eletiva Gênero e Sexualidade. Ela é a única professora dessas universidades que atualmente leciona uma disciplina específica, e dessa maneira, acreditamos que é necessário dar visibilidade ao seu trabalho, com o que ela consentiu.

Tabela 01: Universidades e Cursos de Licenciatura analisados

Universidade	Curso	Cidade
UPE	Geografia; Pedagogia; Letras Português/Espanhol; Ciências Biológicas; Matemática; História;	Petrolina
UNEB	Pedagogia;	Juazeiro
UNIVASF	Ciências Sociais	Juazeiro

Ao analisarmos tanto as grades curriculares disponibilizadas nos *sites* das instituições quanto as solicitadas para as coordenações, identificamos que não existe nenhuma menção as categorias gênero e sexualidade nas disciplinas de sete dos nove cursos pesquisados. Somente o curso de História (UPE) e de Ciências Sociais (UNIVASF) possuem eletivas destinadas a tal temática. No primeiro, temos a disciplina História e Gênero, com carga horária de 45 horas e que está atualmente sem professora ou professor lecionando. E no segundo, temos a disciplina Gênero e Sexualidade, como já mencionamos, e têm 60 horas/aula.

Na UPE, ao questionarmos o motivo pela ausência de disciplinas específicas sobre os estudos de gênero, tivemos como respostas que alguns cursos estão em fase de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e que possivelmente essas questões estarão presentes nos novos PPC's. Além de serem considerados temas novos e por isso, ainda incipientes na Academia. Vejamos:

Coordenador do curso de Geografia:

Especificamente com o conteúdo dos estudos de gênero não tem, pelo menos o projeto pedagógico atual que estamos vivenciando hoje, que é o projeto de 2012. E aí houve um processo de renovação que está em fase de avaliação pelo Conselho de Educação, pode ser que haja alguma atualização.

Coordenadora do curso de Pedagogia:

Na grade atual, que ainda está em vigência [...] a gente não tem nenhuma disciplina específica que o conteúdo temático, a programação

necessariamente trate dos estudos de gênero, embora desde 2015 pelas novas diretrizes de formação, a gente devia ser obrigada a estar tratando do tema [...] o currículo que já enviamos para o Conselho de Educação, que esperamos vivenciar de 2019 e diante, ele já contempla, então temos disciplinas que são obrigatórias e disciplinas eletivas [...]

Coordenadora do curso de Ciências Biológicas:

Desde o ano de 2016 e o ano passado todo, a gente repensou a matriz curricular e as disciplinas de formação para a licenciatura, as disciplinas pedagógicas [...] e teremos a disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais e é uma disciplina que tenta resolver essa exigência da legislação de incluir essas questões políticas, sociais, de diversidade racial, cultural, de gênero [...] mas ela tem uma carga horária de 30 horas, é baixa [...] então, na verdade, a gente ainda mantém um problema.

Coordenador do curso de Letras Português/Espanhol:

Não há ainda essa discussão, não sei porque ainda é relativamente novo, e toda discussão nova, é provável que ainda não tenha por esse motivo.

Ao perguntarmos se mesmo com as ausências dessa temática nas grades curriculares existiam outras disciplinas que a contemplam de forma transversal, assim como disciplinas específicas, sejam obrigatórias ou eletivas, obtivemos a confirmação que ocorriam esses debates, mas que, em alguns casos, ficavam a cargo apenas da professora ou professor que têm domínio, formação ou se sentem sensibilizadas/os com as temáticas.

Coordenador do curso de Geografia:

Existe uma disciplina chamada fundamentos antropológicos da educação que tem uma abordagem bem genérica sobre essa questão, questão de alteridade, de identidade cultural, mas não específica.

Coordenadora do curso de Pedagogia:

Nas disciplinas de psicologia de desenvolvimento a gente aborda [...] nas disciplinas de gestão, porque a gente discute, por exemplo, papéis e igualdade de gênero no mundo institucional [...] em algumas disciplinas como educação infantil [...] ainda é incipiente, mas vai depender muito da sensibilidade do professor quando ele enfatiza o tema. Eu trabalho em psicologia do desenvolvimento, mas não está na ementa, eu trabalho porque acredito ser importante, principalmente quando estamos falando da infância de sete anos, da adolescência, da construção da identidade de gênero, então eu discuto porque eu tenho uma leitura na área e venho mantendo a disciplina desse modo.

Coordenadora do curso de Ciências Biológicas:

Eu entendo que nas disciplinas de fundamentos sociológicos da educação e na disciplina educação e relações étnico-raciais poderiam ser abordadas essas questões, hoje em dia depende muito do professor.

Coordenador do curso de Letras Português/Espanhol:

O que se deve ter em vista, é que inclusive em literatura se discute de certa forma transversalmente essas questões, nas disciplinas pedagógicas isso já é possível. [...]São transversais os temas.

Sobre a importância de ocorrer essas disciplinas, todas as pessoas entrevistadas foram enfáticas em dizer que há necessidade de sua existência no currículo, seja pela atualidade do debate, seja pelas condições sociais de desigualdades entre homens e mulheres, seja pela demanda do próprio corpo discente, que têm buscado construir pesquisas na área.

Coordenador do curso de Geografia:

Sim, acho bastante pertinente que tenha uma disciplina e que mesmo que não seja uma disciplina obrigatória, que aí é outra discussão, mas que seja eletiva. [...] Porque é uma coisa muito atual, que deve ser discutida, que deve ser debatida, em todos os níveis da educação, no nível superior, médio, básico, na escola e de uma forma democrática, aberta e transparente.

Coordenadora do curso de Pedagogia:

Eu acredito muito mais na transversalidade do conteúdo, mas desde que haja intencionalidade. [...] nos dois últimos anos eu tenho recebido alunos com demanda de trabalho sobre gênero [...] os alunos desconhecem onde está esse conteúdo, nas próprias diretrizes, por exemplo, na violência de gênero desconhecem a lei Maria da Penha, ou pensam que é uma lei no âmbito jurídico apenas, porque ela tem por exemplo todo aspecto educativo, preventivo, que deve ser construído na escola.

Coordenadora do curso de Ciências Biológicas:

Não necessariamente como uma disciplina, mas como um eixo transversal, nessa questão de formar um educador, formar o aluno para prática cidadã, tanto como cidadão, como educador.

Coordenador do curso de Letras Português/Espanhol

É necessário que debata essas questões e é importante sim que haja uma especificidade, porquê temos aqui a formação de professor, essa temática de gênero e todas as outras estão aí para se debater, vive-se uma outra e nova época de debates.

Na UNEB, percorremos o mesmo percurso metodológico e não encontramos em nenhuma disciplina obrigatória ou eletiva os estudos de gênero e/ou sexualidade. A coordenadora atual do curso nos informou que existe a necessidade, mas que o Estado não tem contratado professores e professoras, e devido a isso, ainda não há essas discussões no curso.

Na UNIVASF, a professora Dra. Paula Galvão⁹, leciona desde 2017 no curso de Ciências Sociais a eletiva Gênero e Sexualidade, atendendo estudantes também dos cursos de Psicologia e de Artes da mesma instituição. Com graduação, mestrado e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia com ênfase em sociologia, Paula Galvão também é militante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e participa do Grupo de Núcleo de Estudos Étnicos e Afro-brasileiros Abdias do Nascimento - Ruth de Souza, da UNIVASF.

Ela nos conta que durante a sua graduação realizou pesquisas em religião, mais especificamente com o candomblé relacionado à saúde. Os seus interesses para os estudos de gênero iniciaram ao entrar no mestrado, pois, segundo ela conta:

[...] comecei a ver uma demanda de gênero, no que diz respeito ao que eu trabalhava. Eu trabalhava com exus e caboclos, e aí eu comecei a estudar sessões de mesa branca e como é que as mulheres entram em rede de cooperação tendo como nó específico da rede, na verdade, nó central da rede, os caboclos, né? Mas eu trabalhava com cooperação feminina mesmo no mestrado.

No doutorado, Paula Galvão pretendia continuar os estudos sobre mulheres no candomblé. Contudo, ao mudar de Salvador - BA para Petrolina, ela modifica o seu objeto de estudo, pois ao chegar nesse município se insere em instituições voltadas para políticas públicas para as mulheres, como o Conselho da Mulher de Petrolina e a Secretaria Estadual da Mulher. Desse modo, Galvão produz a tese: “Gambiarras” políticas e acomodações necessárias: gerencialismo neoliberal e políticas públicas para as mulheres em Petrolina-PE¹⁰. Tanto as produções acadêmicas, como a participação política em diferentes espaços, segundo Paula Galvão, contribuíram para o surgimento da disciplina Gênero e Sexualidade. Assim, ela nos descreve este caminho percorrido:

Quando eu comecei a me engajar sobre esse trabalho, apesar de ser um trabalho focado em políticas públicas para as mulheres, a minha militância e o meu trabalho, tanto na universidade, quanto fora, já estava voltado para as mulheres. E a partir daí eu comecei com muitas leituras e a disciplina se tornou quase que uma consequência dos meus estudos, que é normalmente o que acontece na Academia, depois que escrevemos uma tese, tendemos focar as nossas optativas naquilo que foi produto dos nossos estudos, da nossa tese. Mas além disso, havia tanto uma demanda dos alunos, não só de Ciências Sociais, mas também muitos de Psicologia, que são alunos que não têm disciplinas obrigatórias no currículo sobre gênero e sexualidade. Então, eles já haviam demandando há um tempo de mim, os alunos que eu tinha mais contato e também era uma vontade minha, por eu me interessar não só

⁹ Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0847858337180161>. Acesso em 20 jun. 2018.

¹⁰ Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23682> > . Acesso em 20 jun. 2018.

de forma acadêmica, mas também de forma política no tema. [...]Foi eu mesma que elaborei a disciplina, que pensei a disciplina.

Entre as autoras da disciplina ministrada por Galvão estão as já citadas também aqui em nosso artigo, Joan Scott, Guacira Louro, Adriana Piscitelli, além de Adrienne Rich, Linda Nicholson e Judith Butler, importantes teóricas no campo dos estudos de gênero e sexualidade. Todas as 40 vagas abertas foram preenchidas, demonstrando dessa forma a demanda e a emergência dessa formação em cursos de níveis superior.

Considerações finais

Conclusão enfática do campo da pesquisa realizada é a maneira como a demanda de estudantes para cursarem essas disciplinas é contínua e encontra-se em ascensão, legitimando a necessidade de formação pedagógica e política para as futuras professoras e futuros professores da Educação Básica. Tal demanda, tanto em seu montante quanto em sua urgência, desacredita e deslegitima os agrupamentos conservadores que pretendem interditar o trabalho que considere as relações de gênero no ambiente escolar.

Como resultados podemos observar também que as disciplinas específicas voltadas aos estudos de gênero e/ou sexualidade ainda se encontram à margem do currículo central dos cursos de licenciatura pesquisados, mesmo com legislações e diretrizes que determinam a garantia de conteúdos específicos na área. Apesar disso, identificamos que, na Universidade de Pernambuco, esse quadro poderá sofrer alterações após a aprovação dos novos Projetos Pedagógicos dos Cursos. O que deve ser novamente analisado nos próximos anos, tanto para acompanhar e observar se ocorreu a efetivação dessas temáticas nas grades curriculares, assim como para investigar através do corpo docente os impactos dessa possível efetivação ou não.

Ao reforçarem a importância dos Movimentos Feminista e Negro, a formação acadêmica trilhada e a trajetória de vida tecida por professoras que lecionam disciplinas do campo Gênero e Educação, como Paula Galvão, demonstra mais uma vez a importância desses campos de conhecimento presentes na formação docente e na Academia.

Nessa conjuntura, podemos afirmar que a existência da disciplina Gênero e Sexualidade, ofertada na UNIVASF e o trato dessas questões de forma transversal em outras disciplinas são possíveis somente devido à presença da professora que propõe e leciona a disciplina focalizada. Negativo que seja algo assim personalizado e contingente essa oferta, mas positivo que existam Paulas, Camilas, Danielas, Anas, Cláudias, Sandras, Janaínas, Carlas e Simones. Somos professoras e pesquisadoras acusadas daquilo que de fato somos:

feministas e engajadas. Resistimos frente à um currículo que ainda permanece excludente e, ainda assim, com o qual disputamos coletivamente projetos de democracia.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Relações de gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação**. Tese de doutorado. FEUSP, 2004.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.

AUAD, Daniela. SALVADOR, Raquel B. Políticas Públicas e Coeducação: o desafio da democratização a partir das relações de gênero em uma perspectiva feminista. **ORG & DEMO**, Marília, v. 16, p. 37-58, 2015. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/5136>>. Acesso em 25 jun. 2018.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/viewFile/753/526>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

ANDRÉ, Marli; GATTI, Bernadete. **Métodos Qualitativos de Pesquisa em Educação no Brasil: origens e evolução**. Palestra apresentada no Simpósio Brasileiro – Alemão de Pesquisa Qualitativa e Interpretação de Dados, realizado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, de 26 a 28 de março de 2008. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/pastas.../bd/...pesquisa-e...pesquisa-qualitativa.../file>>. Acesso em: 28 mai. 18.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 227.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015**, defini as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Conselho Nacional de Educação: Conselho Pleno, 2015. Disponível em: <www.ead.unb.br/index.php/todas.../140-resolucao-n-2-de-1-de-julho-de-2015-cne>. Acesso em: 13 set. 2016.

BRASIL. Parecer n. 14/2017, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 12/9/2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20 jun. 2018.

CARREIRA, Denise. O informe Brasil – Gênero e Educação: da CONAE às Diretrizes Nacionais. In: CARREIRA, Denise. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as**

políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016.

CODEVASF. **Submédio São Francisco**. Disponível em:

<<http://www2.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/recus/submedio-sao-francisco>>.

Acesso em 21 jun. 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995. Disponível

em:<www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf>.

Acesso em: 12 jun. 2016.

IBGE. **População por cidade e Estado**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=2611101>>.

Acesso em 10 jun. 2018.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Nota pública**, Às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, às Câmaras de Vereadores, aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação e à Sociedade Brasileira. Brasília: 1 set. 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/noticias/conselho-nacional-de-educacao-emite-nota-sobreideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao/nota_publica_sobre_ideologia_genero_01_09-1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. (Org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 1-17, 1998.

ROSENO, Camila dos P. **Escola Sem Partido: um ataque as políticas educacionais em gênero e diversidade sexual no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares), Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In.: BURKE, Peter (Org) **A escrita da história. Novas perspectivas**. São Paulo: Unesp. 1992, p. 63-95

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>. Acesso em: 02 jul. 2016.

SOHIET, Rachel; COSTA, Suely G. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. **Gragoatá**, v. 13, n. 25, p. 29-49, 2008. Disponível em: <<http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/228/213>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

UNBEHAUM, Sandra. **As questões de gênero na formação inicial de docentes**: tensões no campo da educação. Tese (Doutorado em Educação: Currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **História**. Disponível em: <<http://www.upe.br/petrolina/campus/historia/>>. Acesso em 10 jun. 2018.

UNEB. **História DCH III**. Disponível em: <<http://www.uneb.br/juazeiro/dch>>. Acesso em 11 jun. 2018.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na Educação Básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n.95, p. 407-428, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-302006000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 set. 2016.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. Contribuições da produção acadêmica sobre gênero nas políticas educacionais: elementos para repensar a agenda. In: CARREIRA, Denise. **Gênero e educação**: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016.

SOBRE AS AUTORAS:

Camila dos Passos Roseno

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação Comunicação e Feminismos – Flores Raras. E-mail: mlaroseno@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0003-2149-4129>

Daniela Auad

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Fundadora e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação Comunicação e Feminismos – Flores Raras. E-mail: auad.daniela@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-9805-1708>

Recebido em: 24 de setembro de 2018
Aprovado em: 21 de setembro de 2019
Publicado em: 01 de outubro de 2019